

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018.

Em 2018, diante do cenário macroeconômico, no Brasil, a atividade econômica retomou a trajetória de recuperação, embora ainda lenta, mais com a redução dos níveis de incerteza, passadas as eleições presidenciais. A flexibilização da política monetária com a redução da taxa Selic de 7,0% a.a. em 2017 para 6,5% a.a. em 2018 contribuiu para a redução das expectativas inflacionárias no país. Alguns fatos marcaram o ano de 2018 da FCC S/A, dentre eles podemos destacar: O Programa de coleta seletiva da FCC S/A conseguiu ultrapassar a meta de 85% na destinação de resíduos recicláveis pela segunda vez na história da empresa, em 2018 alcançando 86,7%. Durante o ano de 2018 não tivemos acidentes de trabalho com afastamento, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2018, onde consolidamos o programa "corrente do bem" com a ajuda à creches e escolas da localidade. A FCC S/A manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de

catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos dez anos de efluentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2018 fechou em R\$ 405 milhões, 12,54% maior que no ano anterior, demonstrando que somos uma empresa sólida e comprometida com a entrega de nossos produtos aos nossos clientes. A produção ficou em linha com o orçamento, ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 61 milhões, contra R\$ 69 milhões

em 2017. Gerações em Ebitda de 101 milhões em 2018 e 116 milhões em 2017. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, a partir do 2º semestre de 2017 iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para a Albemarle, cuja demanda se estenderá para o ano de 2019. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2018, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

A Diretoria da FCC S.A.

BALANÇES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.264	80.997	Fornecedores		6.573	6.235
Contas a receber	5	77.825	62.034	Férias, salários e encargos sociais		7.629	8.121
Estoques	6	53.916	41.648	Imposto de renda, contribuição social e outros			
Impostos a recuperar	7(a)	24.921	11.891	Impostos a recolher	7(b)	12.196	17.268
Adiantamento a fornecedores	8	117	1.671	Dividendo proposto	18(c)	15.199	-
Outros ativos circulantes	9	2.783	3.502	Obrigações com custos industriais e outros	16	4.363	4.117
		208.826	201.742	Contas a pagar de materiais e serviços	17	8.213	6.625
						54.173	42.365
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	14	5.230	6.556	Provisão para contingências	14	4	576
Impostos a recuperar	7(a)	774	604	Impostos diferidos	7(c)	-	1.685
Impostos diferidos	7(c)	317	-			4	2.261
Imobilizado	10	88.219	89.748	Patrimônio líquido	18		
Intangível	11	1.126	1.695	Capital social		145.000	145.000
		95.668	98.603	Reserva legal		29.000	29.000
Total do ativo		304.494	300.345	Reserva de capital de giro e reinvestimentos		30.719	43.007
				Reserva para dividendo adicional proposto		45.598	38.712
						250.317	255.719
				Total do passivo e patrimônio líquido		304.494	300.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reservas Estatutárias			Dividendo adicional proposto		
		Capital social	Reserva de capital de giro e reinvestimentos	Reserva legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	18a	145.000	26.667	43.007	31.402	-	246.075
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	18c	-	-	-	(31.402)	-	(31.402)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	69.045	69.045
Destinações:							
Reserva legal	18b	-	2.333	-	-	(2.333)	-
Pagamento de dividendo antecipado	18c	-	-	-	-	(28.000)	(28.000)
Dividendo adicional proposto	18c	-	-	-	38.712	(38.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18a	145.000	29.000	43.007	38.712	-	255.719
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores	18c	-	-	-	(38.712)	-	(38.712)
Pagamento de dividendos com saldo da reserva de capital de giro e reinvestimentos	18c	-	-	(12.288)	-	-	(12.288)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.798	60.798
Destinações:							
Dividendo mínimo obrigatório proposto	18c	-	-	-	-	(15.199)	(15.199)
Dividendo adicional proposto	18c	-	-	-	45.598	(45.598)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		145.000	29.000	30.719	45.598	-	250.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional: A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Albemarle Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto entre ambos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve aumento nas vendas para a Albemarle Corporation em função das oportunidades de exportação e condições do mercado nacional. A composição acionária encontra-se descrita na nota 14. Ressaltamos que no exercício de 2018 ocorreu incremento nas vendas de catalisadores e aditivos para a Albemarle nas unidades de Houston nos Estados Unidos e Amsterdã na Holanda, para atendimento nos mercados estrangeiros onde há atuação da Albemarle. A expectativa da Administração é que essas vendas devam seguir durante o todo o exercício de 2019. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Sociedade no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.e. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado o valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota 3(k). **(ii) Benefícios de planos de pensão:** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota 3(g). **(iii) Provisões para contingências judiciais:** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **e. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Sociedade. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Sociedade na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram representadas para refletir os requerimentos das novas normas em função dos efeitos não terem sido relevantes. **i. CPC 47/IFRS 15** Receita de contrato com cliente: O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento

específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Sociedade determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido. A Sociedade adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, porém verificou que não houve impacto significativo em suas operações. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa. **ii. IFRS 9** Instrumentos Financeiros (CPC 48 Instrumentos Financeiros): A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substituiu o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. **Classificação - Ativos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. **Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Sociedade optou pela adoção. A Sociedade acredita que, apesar de as perdas por redução ao valor recuperável tenderem a aumentar e tornarem-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48, não identificou impacto significativo da adoção da norma em função de não existirem perdas recorrentes com saldo representativo e o índice de inadimplência ser historicamente baixo (conforme divulgado na nota explicativa 5). **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e • o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR. **Divulgações:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Sociedade avaliou que os impactos são imateriais na aplicação da norma. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receita	19	404.595	359.497
Custo dos produtos vendidos	20	(260.329)	(213.614)
Lucro bruto		144.266	145.883
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	20	(63.647)	(57.756)
Outras (despesas) receitas, líquidas	21	2.636	7.764
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		83.255	95.891
Despesas financeiras	22	(183)	(153)
Receitas financeiras	22	4.103	8.171
Variações monetárias, líquidas	22	4.505	634
Resultado financeiro, líquido		8.425	8.652
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7(c)	91.680	104.543
Imposto de renda e contribuição social	7(c)	-	-
Corrente		(32.884)	(35.314)
Diferido		2.002	(184)
Lucro líquido do exercício		60.798	69.045
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		121	138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017. (Em milhares de reais)

	2018	2017
Resultado do exercício	60.798	69.045
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	60.798	69.045

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		60.798	69.045
Ajustes			
Provisão para impairment		(217)	1.162
Perda de crédito esperada		358	145
Depreciação e amortização	10 e 11	15.233	16.137
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		32.884	35.314
Provisão para contingências e outros		(572)	165
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado e intangível		55	307
Impostos diferidos		(2.002)	184
Obrigações com custos industriais e outros		246	(2.477)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas		3.580	1.158
110.363		121.140	
(Aumento) redução em ativos			
Contas a receber de clientes		(19.184)	(6.158)
Estoques		(12.267)	(3.923)
Impostos a recuperar		(13.653)	(3.477)
Depósitos judiciais e outros		1.094	(751)
Outros ativos circulantes		2.272	1.759
		(41.739)	(12.550)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores		161	1.831
Provisão para férias, salários e encargos sociais		(492)	(172)
Impostos e contribuições a recolher		(18.685)	(16.129)
Contas a pagar de materiais e serviços		1.588	1.634
		(17.429)	(12.836)
Caixa líquido proveniente das operações		51.194	95.754
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.954)	(16.104)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		32.241	79.650
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Receita na venda de ativo imobilizado	21	189	106
Aumento do imobilizado e intangível	10 e 11	(13.162)	(17.168)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(12.973)	(17.062)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(51.000)	(59.403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(51.000)	(59.403)
(Redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício		(31.733)	3.185
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		80.997	77.812
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		49.264	80.997
(Redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício		(31.733)	3.185

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vendida. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Capital social:** Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na Nota Explicativa 14. **c. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensuráveis pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos

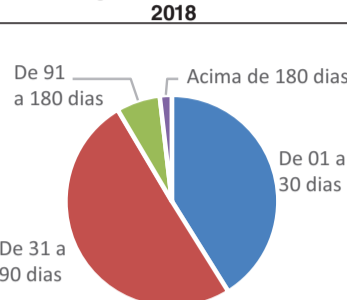
ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de **impairment** em parte de seu ativo, mais precisamente a linha de transmissão 138 Kv, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconhecemos os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa 10. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. **d. Intangível:** Refere-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **e. Estoques:** Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. **f. Redução a valor recuperável ("Impairment"):** (i) **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. (ii) **Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). **g. Benefícios a empregados:** (i) **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. (ii) **Planos de benefício definido:** Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições que variam de acordo com o plano de custeio anual calculado com base nos compromissos do plano de benefício definido. A obrigação líquida da patrocinadora quanto aos planos de previdência de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados irão auferir como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é obtida com base em títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações do plano de benefícios e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por atuários qualificados e registrados no IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, por meio do método de crédito unitário projetado. **h. Provisões:** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios (CPC_25.6) econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **i. Receita:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência de propriedade e dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para a venda de catalisadores, a transferência normalmente acontece quando o produto é entregue no armazém do cliente ou quando chega à refinaria. Entretanto, para os embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento de mercadorias no respectivo navio localizado no porto. **j. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Sociedade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Dados de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **l. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. **m. Contas a receber:** Referem-se a valores a receber de clientes e estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda de crédito esperada é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. Títulos com vencimentos há mais de 180 dias inferiores ao valor de R\$ 15 mil, são baixados diretamente do contas a receber. Já títulos acima deste valor, vencidos há mais de 12 meses, são baixados após 5 anos sem que haja o correspondente recebimento. **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade no período de aplicação inicial. **i. IFRS 16 Leases (arrendamentos):** A Sociedade deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade em sua avaliação não identificou impactos materiais na aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: - a Sociedade não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e - as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Sociedade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Sociedade pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas, caso a Sociedade identifique em suas operações ativos arrendados. A Sociedade planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4. **ii. Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade: - IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. - Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9). - Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19). - Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas. - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

	2018	2017
Caixa e depósitos à vista	1.349	1.191
Aplicações financeiras	47.915	79.806
	<u>49.264</u>	<u>80.997</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2018 e 2017.

	2018	2017
No país - partes relacionadas (Nota 12)	37.336	37.668
No exterior - partes relacionadas (Nota 12)	31.483	11.613
No exterior - terceiros	8.804	11.769
Outras contas a receber - partes relacionadas (Nota 12)	-	508
Outras contas a receber - terceiros	705	621
Total do contas a receber bruto	78.328	62.179
Perda de crédito esperada	(503)	(145)
Total do contas a receber líquido	<u>77.825</u>	<u>62.034</u>

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:



	2018	2017
A vencer	48.863	48.009
Vencidas:		
De 01 a 30 dias	12.103	10.311
De 31 a 90 dias	14.832	3.401
De 91 a 180 dias	1.965	91
Acima de 180 dias	538	367
Total	78.328	62.179
Prazo médio de recebimento	59	52

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade constituiu perdas de crédito esperada no valor de R\$ 503 mil em função da existência de créditos com idade superior a 180 dias e com baixa expectativa de recebimento, respeitando a política de controle de inadimplência adotada. As perdas para o exercício de 2017 ficaram no valor de 145 mil.

	2018	2017
Matérias-primas	12.461	6.556
Produtos intermediários	1.297	1.370
Produtos acabados	30.009	24.847
Almoxarifado de partes	8.989	8.556
Outros	1.160	319
	<u>53.916</u>	<u>41.648</u>

Durante o ano de 2017, foram realizados testes com matérias primas com o objetivo de reaproveitamento no processo fabril e não foi constituída provisão para perda. No ano de 2018, após testes em laboratório, constatou-se que parte do estoque de matérias primas encontravam-se inservíveis para utilização, sendo constituída a provisão para perda no valor de R\$ 704 mil. **7. Impostos:**

	2018	2017
a. Impostos a recuperar		
	Circulante	Não circulante
ICMS (i)	8.031	774
PIS e COFINS (ii)	16.623	-
IPI	267	-
Total	<u>24.921</u>	<u>774</u>

(i) Com o aumento no volume de vendas para o mercado externo, ocorreu o incremento no saldo de icms a recuperar em 2018, no valor de R\$ 8.031 (R\$ 493 em 2017). Esse valor será compensado no decorrer do exercício de 2019. (ii) O saldo de pis e cofins no ano de 2018 de R\$ 16.623 (R\$ 11.287 em 2017), apresentou um incremento devido ao ativo pleiteado junto ao fisco e crédito legalmente reconhecido. As compensações serão realizadas ao longo do exercício de 2019.

	2018	2017
b. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher		
	Circulante	Não circulante
Imposto de renda (i)	9.360	12.462
Contribuição social (i)	2.349	3.675
ICMS	-	732
Outros impostos e contribuições a recolher	487	398
	<u>12.196</u>	<u>17.268</u>

(i) A redução no saldo do Imposto de renda e da Contribuição Social, se comparado com o ano de 2017, deu-se em virtude do aumento na compensação dos valores devidos com créditos tributários de PIS e Cofins e na redução do lucro tributável em relação ao ano de 2017. **c. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferida		
Provisão de insumos e outras despesas- adição	11.327	6.860
Provisão para contingências e outros - adição	4	576
Lucros diferidos e outros - exclusão	(10.399)	(12.390)
Base de cálculo	932	(4.954)
Imposto de renda/contribuição social diferido ativo (passiva) - alíquota de 34%	317	(1.685)
A conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.680	104.543
Alíquota nominal	34%	34%
	31.171	35.545

	2018	2017
8. Adiantamento a fornecedores		
Fornecedores nacionais	88	78
Fornecedores exterior	29	999
Fornecedores de serviço	-	594
	<u>117</u>	<u>1.671</u>

Os adiantamentos aos fornecedores são efetuados para prestação de serviços ou fornecimento de mercadorias aguardando a emissão da nota fiscal e não possuem característica de longo prazo e não estão sujeitos a perspectiva de perda.

	2018	2017
9. Outros ativos circulantes		
Adiantamento de Férias	156	158
Adiantamento a Funcionários	23	2
Impostos antecipados	1.023	1.737
Despesas Antecipadas	1.581	1.582
Outros	-	23
	<u>2.783</u>	<u>3.502</u>

	2018	2017
10. Imobilizado		
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	37.807	271.197
Adições	-	(457)
Alienações e baixas	-	(1.015)
Transferências	2.898	29.057
Transferências para ativos intangíveis	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>40.705</u>	<u>298.782</u>
Adições	-	-
Alienações e baixas	(18)	(2.396)
Transferências	3.383	9.076
Transferências para ativos intangíveis	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>44.070</u>	<u>305.462</u>
Depreciação		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(14.332)	(239.488)
Depreciação do exercício	(1.170)	(10.970)
Alienações e baixas	-	1.018
Impairment	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(15.502)</u>	<u>(249.440)</u>
Depreciação do exercício	(1.279)	(12.126)
Alienações e baixas	18	2.396
Impairment	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(16.763)</u>	<u>(259.169)</u>
Valor residual contábil		
Em 31 de dezembro de 2017	25.203	49.342
Em 31 de dezembro de 2018	<u>27.307</u>	<u>46.293</u>

No ano de 2010, o projeto denominado HYPE iniciou a fase conceitual, que consistiu na segregação de informações sobre o tipo de projeto a ser desenvolvido, na realização da projeção orçamentária, na estimativa de tempo

para concretização da obra, além de diversos estudos de engenharia cujo resultado serviu de base para geração das primeiras versões dos documentos técnicos do projeto e, para estimar os custos do projeto. A unidade teve seu desenho projetado para instalação nas dependências da Sociedade, no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, em função do aproveitamento das sinergias com as instalações existentes. Em 2015 a Petrobras oficialmente suspendeu os investimentos na construção de refinarias que estariam garantindo o consumo desses catalisadores de HPC. Mesmo que no futuro haja uma retomada dos investimentos por parte da Petrobras, serão necessários novos estudos e atualização do atual projeto. Diante do exposto foi feita a baixa do montante do projeto no valor de R\$ 23.324 mil impactando no resultado da Sociedade. Foram baixados em 2016, valores referentes à lei 8.200/1991, a título de correção monetária de bens do ativo permanente. Em seu art 2º da referida lei diz que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão efetuar correção monetária especial das contas do Ativo Permanente, com base em índice que reflita a nível nacional, variação geral de preços. Os projetos em andamento são destinados a renovação da planta, cujos custos de ativação irão incorrer a partir do exercício social de 2019. Ao longo do exercício social de 2018 foram realizadas revisões de vida útil dos ativos, não sendo identificadas alterações. No ano de 2017, parte de nosso imobilizado mais precisamente a linha de transmissão 138Kv foi submetido ao teste de **impairment**, de acordo com o CPC 01, através do método do valor justo menos despesas de venda e foi constituída a provisão para perdas por redução a valor recuperável no valor de R\$ 1.162 mil e no ano de 2018, foi realizada a atualização do teste de **impairment** onde foi registrado um estorno parcial da provisão no valor de R\$ 217 mil. Durante o ano de 2017, foram realizadas diversas imobilizações, dentre elas destaca-se a linha de transmissão 138 Kv, cujo projeto, perfaz um valor no montante de R\$ 21.594 mil.

11. Intangível

	2018	2017
Software		
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.572	-
Adições	-	-
Alienações e baixas	-	-
Transferências do imobilizado	408	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>15.980</u>	-
Adições	-	-
Alienações e baixas	-	-
Transferências do imobilizado	134	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>16.114</u>	-

	2018	2017
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(12.999)	-
Alienações e baixas	-	-
Amortização do exercício	(1.286)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(14.285)</u>	-
Alienações e baixas	-	-
Amortização do exercício	(703)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(14.988)</u>	-

	2018	2017
Valor residual contábil		
Em 31 de dezembro de 2017	1.695	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>1.126</u>	-

12. Transações entre partes relacionadas: a. As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue:

	Contas a receber de clientes	Custo de vendas	Contas a pagar de materiais e serviços	Despesas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	37.336	171.267	272.043	314
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	211	359	-
Albemarle Corporation	31.483	55.304	77.731	-
Albemarle Overseas Employment Corporation	-	-	-	273
Total em 2018	<u>68.820</u>	<u>226.783</u>	<u>350.133</u>	<u>587</u>
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	37.668	161.582	287.494	185
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	252	478	-
Albemarle Corporation	12.121	24.450	31.970	-
Albemarle Overseas Employment Corporation	-	-	-	224
Total em 2017	<u>49.789</u>	<u>186.284</u>	<u>319.942</u>	<u>409</u>

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e/ou a receita de vendas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e Petrobras Energia S.A referem-se às operações de vendas de catalisadores e representam cerca de 56% do faturamento total da Sociedade em 2018 (66% em 2017). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as vendas para o acionista Albemarle Corporation representaram 16% (7% em 2017) do total, em função das melhores perspectivas de exportação e pelo cenário encontrado no mercado interno. O contas a pagar de materiais e serviços e/ou os custos de produtos vendidos com as empresas ligadas do acionista Albemarle Corporation referem-se às operações de compra de beneficiamento e insumos secundários que auxiliam indiretamente na produção dos catalisadores. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, cuja remuneração paga ou a pagar está demonstrada, a seguir:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo	1.967	1.632
Benefícios pós-emprego	203	305
	<u>2.170</u>	<u>1.937</u>

	2018	2017
13. Plano de benefícios a empregados: A Sociedade é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, por meio do patrocínio de um fundo de pensão com plano de contribuição definida, no qual o regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização, e de um plano de benefício definido para um pequeno número de empregados, ambos administrados pelo ICATU Fundo Multipatrocinado - IcatufMP. Em 2018, as contribuições da Sociedade somaram R\$ 1.860 (R\$ 1.862 em 2017) calculadas entre 60% a 140% sobre o valor da contribuição paga por cada empregado. O plano de benefício definido foi extinto em 1998 e não são permitidas novas adesões. Este plano tem patrimônio independente formado por títulos governamentais de longo prazo, tem apresentando superávit e não há expectativa de déficit futuro que venha a exigir contribuições da Sociedade. Em 2018 o plano apresentou superávit atuarial de aproximadamente R\$ 4.183 (R\$ 3.549 em 2017), conforme segue:		
Valor presente das obrigações atuariais de benefício definido com cobertura:		
Benefícios concedidos	4.382	4.277
Benefícios a conceder	870	654
Valor presente das obrigações atuariais	5.252	4.931
Valor justo dos ativos do plano	9.435	8.480
Valor justo dos ativos em excesso ao valor presente das obrigações atuariais	4.183	3.549
Ganhos ou perdas atuariais não reconhecidas	(4.183)	(3.549)
Ativo líquido do plano	-	-

A Sociedade optou por não reconhecer o ativo líquido acima pelo entendimento de que o referido ganho não será permanente. A movimentação do valor presente de benefício definido é como segue:

	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido no início do exercício	4.931	4.330
Custo do serviço corrente	-	5
Custo dos juros	443	501
Ganhos e perdas atuariais	205	397
Benefícios pagos	(327)	(302)
Valor presente das obrigações de benefício definido no final		

14. Provisão para contingências e depósitos judiciais: No curso normal das operações no Brasil, a Sociedade continua exposta a reivindicações legais locais. A política da Sociedade é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais. A Sociedade reconhece provisão para contingência, quando da existe uma obrigação presente proveniente de eventos passados cuja liquidação resultará em saída de recursos relacionados aos benefícios econômicos. Os processos para os quais a Sociedade reconhece provisão para contingências, são processos trabalhistas. A abertura da provisão por natureza é demonstrada a seguir:

	2018	2017
Provisões Trabalhistas	4	576
Valor justo dos ativos no final do exercício	4	576

No ano de 2018, foi baixada parte da provisão para contingências trabalhistas em virtude do pagamento de causa à ex funcionários. Além disso, são reconhecidos depósitos judiciais para os questionamentos tributários cujos pagamentos ocorrem por meio de depósitos. Segue a abertura dos depósitos judiciais:

	2018	2017
Depósitos judiciais - Tributários	5.067	6.433
Depósitos judiciais - Trabalhistas.....	144	104
Outros.....	19	19
Total	5.230	6.556

A abertura das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	Valor Causa		Dep. Judicial	
	2018	2017	2018	2017
Contingências trabalhistas	2.972	1.558	47	-
Contingências tributárias.....	8.265	8.659	216	1.439
	11.236	10.217	263	1.439

Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir: • **Trabalhistas** - Essas reclamações judiciais referem-se a reclamações de pagamento de insalubridade, horas extras e dentre outras. • **Tributário** - A Sociedade legítima contra o governo em relação à taxa de considerada inapropriada. Procedimento para a classificação dos passivos jurídicos como perda provável, possível ou remota pelos advogados externos: A Sociedade tem utilizado como critério de análise o valor estimado que está em risco e não o valor total envolvido em cada processo. Excepcionalmente, se houver conhecimento suficiente desde o início que há risco muito alto ou muito baixo de perda, o assessor legal pode classificar a reivindicação como perda provável ou perda remota. Ao classificar a ação com probabilidade de perda provável, o advogado estima o valor em risco para tal afirmação. No final de outubro de 2018, a Sociedade foi notificada sobre uma decisão favorável vinda de processo judicial iniciado em 2008 contra a Receita Federal. O processo está relacionado a litígios fiscais relativos a alguns impostos federais sobre vendas (PIS / COFINS). No início de 2003, vários contribuintes efetuaram questionamentos sobre mudanças na lei que incluíam o ICMS ao valor do produto para aplicar o percentual de PIS / COFINS sobre o valor total, gerando uma espécie de "imposto sobre imposto". As discussões nos tribunais de primeira e segunda instâncias levaram muito tempo, porque os valores envolvidos são elevados. Após esse longo período, com decisões por vezes favoráveis aos contribuintes e por vezes favoráveis à Receita Federal, a discussão finalmente chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2017, o STF emitiu uma decisão favorável aos contribuintes, a fim de garantir os direitos de exclusão do ICMS do cálculo do PIS / COFINS. Embora a questão do mérito tenha sido resolvida, remanesce pendente a decisão acerca da modulação temporal de efeitos, pedido feito pelo fisco em sede de Embargos de Declaração. A Sociedade vem monitorando o caso, levantando a documentação necessária e realizando reuniões com os advogados para garantir o nível máximo de realização dos créditos fiscais. O Acórdão favorável a Sociedade prevê o prazo prescricional de cinco anos, contados a partir da data de impetração do Mandado de Segurança (em 2008), de 2003 a 2018. No entanto, para se beneficiar do crédito, aguarda-se o transitado e julgado do processo. Os valores dos créditos levantados desde 2003 a 2018, estão atualizados pela taxa básica Selic, e constituem o valor de R\$ 72.774 mil, com data base de 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

Período	Base de Cálculo	Valor do ICMS	Valor original		Valor do ressarcimento	
			ressarcimento levantado (*)	Atualização SELIC (**)	atualizado	SELIC
2003	120.180	15.524	722	1.248	1.970	
jan/04	12.357	1.583	74	122	195	
2004	180.448	23.183	2.144	3.378	5.523	
2005	143.631	17.627	1.631	2.315	3.946	
2006	180.488	22.713	2.101	2.646	4.747	
2007	180.135	22.843	2.113	2.402	4.515	
2008	164.545	20.850	1.929	1.975	3.904	
2009	203.286	25.951	2.400	2.202	4.602	
2010	215.443	27.467	2.541	2.097	4.638	
2011	231.316	29.338	2.714	1.946	4.660	
2012	395.174	45.673	4.225	2.648	6.873	
2013	346.725	39.298	3.635	2.010	5.645	
2014	334.630	37.948	3.510	1.588	5.098	
2015	346.064	38.784	3.587	1.221	4.808	
2016	379.511	42.671	3.947	826	4.773	
2017	361.405	40.682	3.763	351	4.114	
2018	258.174	28.991	2.682	82	2.763	
Total			43.717	29.057	72.774	

15. Instrumentos financeiros: A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

	Categorias	2018	2017
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	a	49.264	80.997
Contas a receber de clientes	a	77.825	62.034
Passivos			
Fornecedores	a	6.573	6.235

Categorias
(a) Empréstimos e Recebíveis
As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de **rating**. **b. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **c. Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos (contas a pagar de materiais de serviço e fornecedores) e a vendas de produtos (contas a receber e receita de vendas). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **d. Análise de sensibilidade:** Uma apreciação ou depreciação do dólar no saldo de empréstimos e contas a receber em moeda estrangeira teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Sociedade considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes, como indicado abaixo, líquidas de efeito tributário:

	2018	2017
Impacto no Patrimônio Resultado líquido do exercício		
USD (valorização de 16%)	4.224	4.224
USD (valorização de 14%)	3.696	3.696
USD (desvalorização de 16%).....	(4.224)	(4.224)
USD (desvalorização de 14%).....	(3.696)	(3.696)

	2017	2018
Impacto no Patrimônio Resultado líquido do exercício		
USD (valorização de 13%)	2.185	2.185
USD (valorização de 11%).....	1.874	1.874
USD (desvalorização de 13%).....	(2.185)	(2.185)
USD (desvalorização de 11%).....	(1.874)	(1.874)

e. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, recebíveis, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis. **16. Obrigações com custos industriais e outros:** A Sociedade registra basicamente suas provisões com custos alfandegários de desembaraço nesta rubrica no montante de R\$ 4.363 (R\$ 4.117 em 2017). **17. Contas a Pagar de materiais e serviços:** A Sociedade registra basicamente fornecedores não associados diretamente com o processo de produção tanto para materiais quanto para serviços, conforme quadro abaixo:

	2018	2017
Materiais.....	3.637	2.902
Serviços.....	4.051	3.614
Outros.....	525	109
	8.213	6.625

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social, subscrito e integralizado, é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma: Albarmarle Brazil Holdings Ltda. (50%)..... 251.072.398
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (50%)..... 251.072.398
502.144.796

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não constituiu reserva legal, visto já ter atingido o limite de 20% do capital social. **c. Dividendos:** Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram calculados conforme se segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	60.798	69.045
(-) Reserva legal	-	(2.333)
Base de cálculo	60.798	66.712
Dividendos propostos pelo mínimo de 25%	15.199	-
(-) Pagamento de dividendo antecipado	-	(28.000)
Dividendo adicional proposto.....	45.598	38.712

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrado o valor do dividendo mínimo obrigatório. No exercício de 2017 e conforme ata de reunião do conselho de administração realizada no dia 12 de setembro de 2017, foi aprovado o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 28.000 mil. A parcela remanescente do lucro líquido no valor de R\$ 45.598 (R\$ 38.712 em 2017) foi classificada em 31 de dezembro de 2018 no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08. Segue

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Scott Allen Tozier Presidente	Oscar Rene Chamberlain Pravia Conselheiro
Raphael Goszcz Crawford Conselheiro	Rodrigo Abramof Conselheiro

	2018	2017
abaixo o cálculo do lucro líquido por lote de 1.000 ações:		
Lucro Líquido.....	60.798	69.045
Quantidade de ações	502.145	502.145
	8,2	7,2

d. Outras reservas de lucro: As proposições da destinação do resultado do exercício de 2018, a título de dividendo adicional proposto serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2019. Durante o exercício de 2018 foi pago o valor de R\$ 51.000 a título de dividendos referentes ao resultado do ano de 2017, aprovados na AGO de 25 de Abril de 2018, sendo R\$ 12.288 de parte do saldo da reserva de capital de giro e reinvestimentos e R\$ 38.712 de dividendo adicional proposto. Foi pago no exercício de 2017 o valor de R\$ 31.402 que encontrava-se registrado na reserva de dividendo adicional proposto referente ao ano de 2016, conforme aprovação em AGO de 27 de abril de 2017 que, somados aos R\$ 28.000 de dividendos antecipados no exercício de 2017, representam a quantia total de R\$ 59.402 paga naquele exercício. **19. Receitas:**

	2018	2017
Vendas brutas de produtos e serviços mercado interno	337.944	362.498
Vendas brutas de produtos e serviços mercado externo.....	134.753	70.651
	472.697	433.149
Encargos sobre vendas (i).....	(68.102)	(73.652)
Receita líquida.....	404.595	359.497

(i) Os encargos sobre vendas são os tributos pis, cofins, icms e ipi que incidem sobre as vendas para o mercado interno. Para o mercado externo não há tributação. **20. Custos e Despesa por natureza:**

	2018	2017
Insumos e utilidades.....	186.593	143.944
Gastos com pessoal e benefícios.....	53.695	53.578
Serviços contratados, fretes e encargos gerais.....	70.989	57.711
Depreciação (custo de produção e despesas operacionais) ..	12.699	16.136
	323.976	271.369
Despesa com pessoal e benefícios.....	21.525	22.234
Participação nos resultados	3.652	4.947
Serviços contratados	10.130	8.397
Fretes.....	14.168	10.840
Depreciação (não alocada ao custo de produtos vendidos) ..	1.602	2.187
Outros.....	12.569	9.150
	63.647	57.755

	2018	2017
Total de Custo das vendas excluindo as despesas operacionais	260.329	213.614
21. Outras (despesas) /receitas, líquidas		
Receita na venda de imobilizado.....	191	107
Receita de aluguéis	1.116	1.178
Recuperação de despesas	31	403
Outras receitas	-	79
Recuperação de tributos.....	2.191	7.652
lcm s/venda de imobilizado	(2)	(1)
Baixa de investimento.....	-	(350)
Perdas por impairment	-	(1.162)
Perdas diversas	(160)	(80)
Reversão de impairment.....	217	-
Provisão para perdas de estoques	(704)	-
Baixa de imobilizado (nota 10 e 11).....	(244)	(62)
	2.636	7.764

A Sociedade procedeu a recuperação de créditos tributários (Pis e Cofins) inerentes aos últimos 5 anos, sobre encargos de depreciação, peças e serviços de manutenção, custos com pessoal alocados na produção, perfazendo um montante no valor de R\$ 2.191 (R\$7.652 em 2017). **22. Resultado financeiro:**

	2018	2017
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e outras	(183)	(153)
	(183)	(153)
Receita financeira		
Aplicações financeiras (Nota 4)	3.713	7.712
Depósitos Judiciais/Impostos	242	382
Outras.....	148	77
	4.103	8.171
Variações monetárias, líquidas		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.296	(89)
Contas a receber	3.035	315
Fornecedores, contas a pagar	177	419
Outras.....	(3)	(11)
	4.505	634
	8.425	8.652

23. Cobertura de seguros: A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para danos materiais e lucros cessantes para riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, e de responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	2018	2017
Cobertura de seguro para:		
Danos materiais.....		
Incêndio, queda de raio e explosão	93.033	79.748
Danos elétricos.....	12.538	10.748
Lucros cessantes (período indenitário 6 meses)		
Incêndio, queda de raio e explosão.....	163.744	105.069
Danos elétricos	163.744	105.069
Responsabilidade civil	3.829	3.282

DIRETORIA	
Arildo Moreira Filho Diretor Superintendente	Cid Alves de Carvalho Junior Diretor
CONTADOR	
André Laurentino de Meireles CRC-RJ 084437/O-1	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 12, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e empresa ligada do seu também acionista Albarmarle Brazil Holdings Ltda. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Bernardo Moreira Peixoto Neto - Contador CRC RJ-064887/O-8.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de fevereiro de 2019, sem ressalvas, e observado o parágrafo de ênfase, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de ser apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

Fernando Eduardo Faleiros Ferreira Presidente	André Luis Campos Silva Vice-Presidente	Thays Regina Martins Fontes Moreira Conselheira	Luis Gustavo Viola Gonçalves Conselheiro
---	---	---	--